

## Oficina de estudos pedagógicos em relações públicas: reflexões sobre a práxis da pesquisa-ação

Pedagogical studies workshop in public relations: reflections on the praxis of action research

Talleres de estudios pedagógicos en relaciones públicas: reflexiones desde la praxis de la investigación-acción



### Raquel Cabral

- Doutora em Comunicação pela Universitat Jaume I (Espanha)
- Coordenadora do curso de Relações Públicas e docente do programa de pós-graduação em Comunicação da Unesp
- E-mail: raquel.cabral@unesp.br



### Tamara de Souza Brandão Guaraldo

- Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
- Docente do curso de Relações Públicas e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Unesp
- E-mail: tamara.guaraldo@unesp.br



### Roseane Andrelo

- Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
- Docente do curso de Relações Públicas e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Unesp
- E-mail: roseane.andrelo@unesp.br



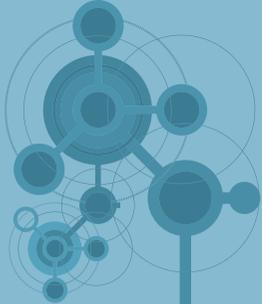
### Célia Maria Retz Godoy dos Santos

- Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
- Docente do curso de Relações Públicas e do Programa de Pós-graduação em Mídia e Tecnologia da Unesp
- E-mail: celia.retz@unesp.br



### Maria Eugênia Porém

- Pós-doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
- Docente do curso de Relações Públicas e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Unesp
- Líder do grupo de pesquisa Comunicação organizacional, inovação e gestão
- E-mail: maria.porem@unesp.br



## Resumo

Este estudo apresenta uma pesquisa-ação realizada por meio de oficinas de estudos pedagógicos para avaliação conjunta do projeto político-pedagógico do Curso de Relações Públicas da Universidade Estadual Paulista (Unesp-Bauru). As oficinas, realizadas desde 2017, envolvem docentes e discentes na discussão de conteúdos, metodologias, estrutura do curso e atende demandas regionais do mercado e da formação em universidade pública. Como resultado, destaca-se o compromisso central na mediação do projeto político-pedagógico de relações públicas: a participação dos envolvidos em todas as etapas da pesquisa participativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO • RELAÇÕES PÚBLICAS • ENSINO-APRENDIZAGEM • PESQUISA PARTICIPATIVA • MEDIAÇÃO.

## Abstract

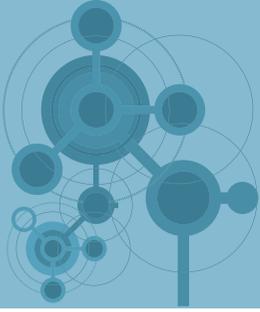
This study presents an action research carried out through pedagogical studies workshops for joint evaluation of the political pedagogical project of the Public Relations Course of the São Paulo State University (Unesp-Bauru). Held since 2017, the workshops involve professors and students in the discussion of content, methodologies, course structure and meet regional market demands and training in public universities. As a result, the central commitment in the mediation of the public relations political-pedagogic project is highlighted: the participation of those involved in all stages of participatory research.

**KEYWORDS:** POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT • PUBLIC RELATIONS • TEACHING-LEARNING • PARTICIPATORY RESEARCH • MEDIATION.

## Resumen

Se presenta en este estudio la investigación-acción realizada en formato de talleres de estudios pedagógicos para evaluación conjunta del proyecto político-pedagógico del Curso de Relaciones Públicas de la Universidad Estadual Paulista (Unesp-Bauru). Los talleres, que son realizados desde 2017, involucran profesores y estudiantes en la discusión de contenidos, metodologías, estructura del currículum universitario y cumple con las demandas del mercado y de la formación en universidad pública. Como resultado, se destaca el comprometimiento central para la mediación del de proyecto político-pedagógico de relaciones públicas: la participación de los involucrados en todas las etapas de investigación participativa.

**PALABRAS CLAVES:** PROYECTO POLÍTICO-PEDAGÓGICO • RELACIONES PÚBLICAS • ENSEÑANZA-APRENDIZAJE • INVESTIGACIÓN PARTICIPATIVA • MEDIACIÓN.



**A**s mudanças ocorridas na sociedade exigem novos olhares na formação dos profissionais de relações públicas, para que possam exercer sua função social buscando estratégias de atuação que contemplem visões mais amplas, capazes de promover convivência de opiniões diversas.

O processo de ensino-aprendizagem busca interações, e, nesse contexto, a prática das relações públicas deve ser vista como um processo cooperativo e contínuo, exigindo avaliação constante e redefinição de papéis, na busca do aperfeiçoamento dos procedimentos de comunicação que melhorem o relacionamento entre segmentos sociais diversos.

Isto exige dos cursos de relações públicas um olhar constante para os projetos políticos pedagógicos para que, além de atualizados, representem a identidade do curso e da universidade, considerando aspectos éticos e instrumentais da profissão e ainda as demandas da sociedade. Tal panorama requer discussões sobre os pressupostos teóricos, as posturas ontológica, epistemológica e metodológica até a técnico-instrumental, presentes na prática das relações públicas.

Pelo sentido etimológico, temos o projeto como um documento que busca uma direção, com ações concretas para serem realizadas em determinado tempo. São escolhas intencionais e coletivas, visando à formação de cidadãos críticos para atuarem na sociedade; por isso, os projetos também são políticos. No que tange ao pedagógico, tem-se a intenção da escola ao definir ações educativas que possam cumprir os propósitos estabelecidos (VEIGA, 2002).

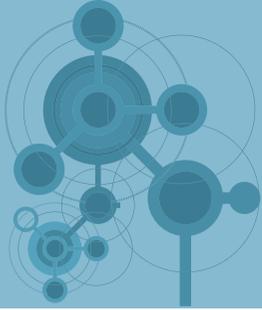
A autora aponta que político e pedagógico têm uma significação indissociável e, portanto, deve-se se considerar o projeto político-pedagógico como um processo de constante reflexão, na busca de alternativas para viabilizar as intenções postas. Além disso, importante salientar que este processo permite, entre os membros da comunidade escolar, uma vivência democrática e o exercício da cidadania.

Ao se estabelecer o projeto político-pedagógico como um processo de constante mediação, e não como documento estático ou mesmo mera diretriz a ser seguida, tem-se o curso em questão, como microcosmo da universidade e da sociedade, como espaço público de debate pautado na reflexão coletiva. Isso significa reconhecer que é um processo marcado por disputas de poder, por correlações de força e pela necessidade de saber ouvir e refletir.

Todavia, como garantir a participação efetiva da comunidade universitária no processo de reflexão constante do projeto político-pedagógico? Esta é a questão motivadora do presente artigo que tem como objetivo central refletir sobre a complexidade dos processos de apropriação das políticas institucionais, por meio de ações específicas desenvolvidas no curso de relações públicas da universidade.

O conselho de curso do Curso de Relações Públicas da Unesp-Bauru propõe desde 2017 a realização de avaliações conjuntas de docentes e discentes sobre o projeto político-pedagógico, no formato de uma Oficina de Estudos Pedagógicos (OEP) específica para o curso. A oficina, realizada em 2017 e 2019, se tornou uma forma de avaliação continuada do curso, que envolve docentes e discentes num processo de diálogo, em que se discutem os conteúdos, metodologias e estrutura do curso de acordo com o perfil do egresso pretendido, procurando atender as demandas regionais do mercado e o perfil de uma universidade pública.

O Curso de Relações Públicas da Unesp-Bauru tem quatro anos de formação e as aulas são ministradas no período noturno. Oferece cinquenta vagas no vestibular anual e abriga estudantes oriundos de várias regiões de São Paulo. Na média, entre 70% e 75% dos(as) estudantes são mulheres, e menos de 10% são moradores da cidade. Nos últimos anos, o número de candidatos por vaga tem sido em torno de 16 e 17. Os egressos têm atuado nas cidades médias do interior e na capital do Estado desempenhando diversas atividades cobertas pelo amplo espectro possível das relações públicas. Está registrado no Ministério da Educação (MEC) com o código n. 3199 (UNESP, 2013).



Para a reflexão proposta, como metodologia, utilizou-se a pesquisa-ação, considerando que as autoras do artigo são também participantes do objeto de estudo – as oficinas de estudos pedagógicos. Para Pedro Demo (1985, p. 46), o objeto científico é construído e não dado, o que torna o pesquisador um fenômeno social que interpreta a realidade. “Interpretar significa aceitar que na análise do fenômeno aparecem elementos que são menos do fenômeno do que do analista. Aparece a marca do cientista”. Ter como ponto de partida a ideia de objeto construído significa assumir a não-neutralidade científica e é neste sentido que entendemos a necessidade de nos posicionarmos previamente.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: apresenta discussões pautadas no processo de ensino-aprendizagem e metodologias ativas; traz reflexões sobre a formação de relações públicas; expõe e analisa as oficinas de estudos pedagógicos e aponta as considerações sobre a complexidade dos processos de apropriação das políticas institucionais, por meio de ações específicas desenvolvidas no Curso de Relações Públicas da Unesp-Bauru. Ele se justifica pela importância de pensar a participação da comunidade acadêmica na formulação do principal documento que orienta o curso, por meio de uma ação concreta.

## O ENSINO SUPERIOR E A EXIGÊNCIA DA INTERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS(AS) ESTUDANTES

A educação e os processos de ensino-aprendizagem estão passando por momentos desafiantes de novas adaptações devido às configurações do mundo globalizado e imerso nas tecnologias digitais, a partir da popularização da internet.

O conceito de ensino-aprendizagem, especialmente a explicitação do processo de relação entre comportamentos de docentes e estudantes, denominados de “ensinar” e de “aprender”, vem sendo discutido desde Ivan P. Pavlov (1934, *apud* PESSOTI, 1979), que o entende como o “reflexo da relação entre agente externo e ação do organismo”. Também por Burrhus Frederic Skinner (1931), que o explica como sendo a “correlação entre estímulo e resposta”, ou mesmo pelos seus seguidores, como John Staddon (1967), Gary Bolles (1970), Martin Seligman (1970), Karl Schick (1971), A. Charles Catania (1973) e o próprio Skinner (1935, 1938, 1957, 1969, 1974), destacando as múltiplas outras relações com o meio, nos processos de ensinar e de aprender (BOTOMÉ; KUBO, 2020).

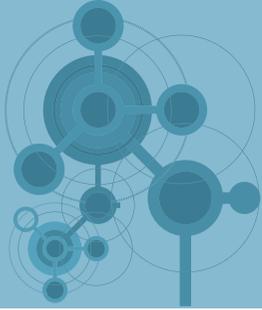
A própria percepção dos componentes desses dois processos, isto é, nas expressões “ensinar” e “aprender”, já nos apresenta que elas se referem, respectivamente, “ao que faz um(a) professor(a) e ao que acontece com o aluno como decorrência desse fazer do professor” (BOTOMÉ; KUBO, 2020, p. 5).

Desta forma, quando analisamos o aprendizado em relação ao comportamento, ou seja, ao que o indivíduo faz e o ambiente em que o faz, isso já demonstra a necessidade de um processo de interação. De tal modo, se o ensino é, basicamente, constituído pela interação entre docente e seus(suas) estudantes, ele depende de uma cadeia composta por várias classes de comportamentos complexos, que devem ser articulados numa sequência entre um organismo (professor/a) e outras classes de comportamentos (os/as estudantes) – para que a mudança ocorra, via interação com o meio, como resultado do trabalho de um(a) professor(a). É o que indica que houve aprendizagem.

Na ótica de Sílvio P. Botomé e Olga Mitsue Kubo (2020, p.12), a aprendizagem engloba

o que o aluno necessita aprender para ser capaz de realizar as ações necessárias, de forma a lidar com as situações que encontrará e a produzir as transformações nessas situações que sejam significativas para a vida dos que dependem ou se relacionam com sua atividade profissional ou pessoal.

A utilização de novas metodologias tem sido um desafio para discentes e docentes, que repensam as posturas de ensino-aprendizagem. Lev S. Vygotsky (1991) discutia as teorias de mediação, como um aporte teórico, contrário à caracterização



do(a) professor(a) como detentor do saber, nomeando-o(a) como um(a) mediador(a), que orienta de forma estimuladora a produção autônoma e interativa da aprendizagem. Portanto, a estrutura didática e pedagógica pensada para a atualidade é bem distinta do que era em outros tempos. O ensino, segundo Pierre Lévy (1999), extrapola os muros da escola, pois o ambiente educacional se correlaciona ao ciberespaço e o(a) docente deve considerar os novos rumos da aprendizagem.

Assim, embora a difusão célere e incontrolável do uso das tecnologias digitais tenha trazido modificações, não só na educação, mas em toda a sociedade, percebe-se que a inserção de elementos mediacionais no contexto pedagógico proporcionou uma mudança no desenvolvimento sociocultural e cognitivo dos(as) estudantes, docentes, coordenadores e gestores dos cursos de graduação. A interação e a mediação a partir dos recursos midiáticos diversos no processo de ensino-aprendizagem, a dinâmica interativa, a motivação e alterações no perfil dos(as) estudantes, as novas tecnologias inseridas no cotidiano, a convivência com as revoluções tecnológicas e as variações que ocorreram nos últimos tempos têm exigido um processo evolutivo da sociedade e das universidades, para poder estar em sintonia com as transformações sociais.

Por isso, exige-se um diálogo mais aberto e flexível com os envolvidos no processo de aprendizagem, de modo a possibilitar que os(as) estudantes e futuros profissionais autônomos e independentes se tornem cidadãos aptos a atuar em suas áreas com um pensamento crítico, ético e transformador.

Conforme Leandro Luiz Giatti (2018, p. 61), a pesquisa participativa, especialmente no momento atual, no qual há uma pluralidade de contextos, públicos e necessidades diversas de soluções pode ser entendida como

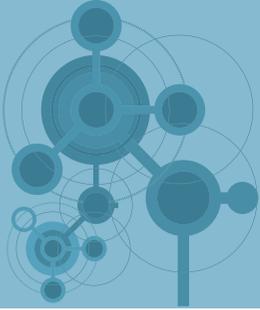
um sistema que dinamiza e promove a interação de saberes muito díspares e que, no êxito de situações dialógicas, oportuniza a construção de saberes colaborativos, o que é realizado com o reconhecimento e a fertilização da diversidade de ideias e soluções e com melhores relações e distribuição de poder.

Na abordagem cíclica das pesquisas participativas, que se adotou neste processo, optou-se por planejamento que englobou a ação (intervenção) e a interpretação dos fatos, valorizando alguns atributos como: os diferentes graus de comprometimento e mobilização dos diversos segmentos envolvidos; o empoderamento e proatividade dos sujeitos para a resolubilidade dos problemas; as interações, confiança e reciprocidade entre estudantes, docentes e técnicos; as reflexões promovidas sobre o atendimento das demandas e as peculiaridades da interação com sujeitos.

Vale destacar que um grupo focal ou uma oficina não faz, por si só, um projeto de pesquisa participativa, assim como ter membros da comunidade acadêmica identificando as prioridades, igualmente, não caracteriza uma pesquisa como participativa. Nesta ótica, o compromisso central para a discussão do projeto político-pedagógico de relações públicas foi a participação dos envolvidos em todas as etapas: da identificação do problema, da criação da oficina e dos instrumentos para seu desenvolvimento, da coleta de dados, da análise e resultados, da operação de divulgação dos dados para os membros do conselho de curso e para a comunidade e das práticas implantadas, a partir da pesquisa participativa.

## **METODOLOGIA: CAMINHO PARA A PARTICIPAÇÃO CRÍTICA**

Para a realização das oficinas de estudos pedagógicos, optou-se por uma metodologia de abordagem qualitativa, com o uso da pesquisa-ação, na qual os(as) estudantes se organizam com a mediação do(a) professor(a) em grupos divididos por temas de discussão. No caso em questão, o tema foi voltado a assuntos que se relacionam diretamente ao curso e ao projeto político-pedagógico. E também a pressupostos de pesquisa-ação, que, em princípio, se referem a um processo social que no âmbito da educação se debruça na busca de soluções, identificação e compreensão do problema pelos sujeitos “num ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre o agir no campo da prática e o investigar a respeito dela” (TRIPP, 2005, p. 445). Por isso, este processo de planejar, descrever e avaliar uma prática implica apreender no decorrer do processo, a respeito tanto deste exercício quanto da própria investigação.



Por outro lado, a pesquisa-ação pode ser entendida, segundo Maria Amélia S. Franco (2005), em três dimensões: a ontológica, que se refere à natureza do objeto conhecido; a epistemológica, que trata da relação sujeito-conhecimento; e a metodológica, referente aos processos de conhecimento utilizados pelo(a) investigador(a). É nesta última dimensão, na qual a práxis social é ponto de partida e de chegada na construção/ressignificação do conhecimento, que se insere este novo método de procedimento de avaliação.

Portanto, admitindo-se que a pesquisa-ação contempla o exercício contínuo de espirais cíclicas que compreendem planejamento, ação, reflexão, pesquisa, ressignificação e replanejamento, quando necessário (THIOLLENT, 2003), esta abordagem se dá por meio de oficinas que possibilitam o encontro e diálogo entre os envolvidos, estabelece espirais de ciclos autorreflexivos (KEMMIS; WILKINSON, 2002), movimentados pelas reflexões e ações realizadas em situações de comunicação e colaboração, por meio de um processo ou roteiro organizado em dez temas divididos em grupos de discussão.

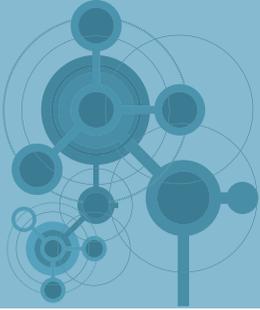
Os grupos de discussão surgiram de demandas exigidas pela própria estrutura do projeto político-pedagógico, mas também de sugestões e reivindicações encaminhadas ao conselho de curso via docentes e discentes. Formaram-se dez grupos para discussão dos seguintes temas: 1) práticas pedagógicas: interação professor(a) e alunos(as); 2) Procedimentos de ensino e avaliação; 3) Espaços de ensino: infraestrutura, equipamentos; 4) Matriz curricular: conteúdo e seriação; 5) disciplinas e trabalhos integrados; 6) intercâmbios e mobilidades; 7) projetos de extensão; 8) pesquisa e iniciação científica; 9) Diretórios, associações e empresas juniores; 10) estágio. Cada grupo teve a mediação de um(a) dos(as) docentes do curso. Para realização deste texto, foram coletados depoimentos de estudantes e docentes que participaram do evento.

## RESULTADOS EM PROCESSO

O atual projeto político-pedagógico do Curso de Relações Públicas da Unesp-Bauru é resultado de um processo de mediação entre docentes e discentes que se iniciou em março de 2012, com fóruns que abordaram: histórico do curso; levantamentos e pesquisas de dados sobre a formação do profissional de relações públicas em diferentes instâncias; pesquisas com egressos; estruturas de matriz curricular e tendências de vários cursos sediados no Brasil, na América Latina e em algumas universidades europeias; legislação vigente; e proposta de diretrizes nacionais curriculares para o curso (UNESP, 2017).

Em 2017, o projeto político-pedagógico completou quatro anos de implantação e o conselho de curso de relações públicas, ciente desta data e da constante exigência dos(das) estudantes para maior participação nesse processo, incentivou e organizou uma oficina para a avaliação do seu novo projeto político-pedagógico. Afinal, é com o “uso” do projeto político-pedagógico, pela sua apropriação, que se percebem brechas e necessidades de atualização. O evento “I Oficina de Estudos Pedagógicos: avaliação do projeto político-pedagógico do Curso de Relações Públicas da Unesp-Bauru” ocorreu nos dias 26 e 27 de setembro de 2017, tendo por objetivo avaliar – em conjunto com docentes e discentes – as diferentes dimensões do curso de relações públicas. Num processo interativo de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões coletivas, a finalidade do evento foi encontrar soluções que contribuam para o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade.

A participação foi massiva, o que se deveu à estratégia adotada de convocar a participação dos(as) docentes do curso, solicitando que levassem seus(suas) estudantes e dando aos primeiros o papel de mediadores dos grupos. Ter praticamente todos os(as) estudantes do curso no evento não significou que, a priori, eles sabiam do que se tratava. Nesse sentido, houve uma primeira explanação, seguida de uma palestra sobre avaliação no ensino superior. Na sequência, se dividiram em grupos previamente organizados, para que houvesse representatividade de todos os anos no debate dos temas. O dia seguinte foi marcado pela plenária, em que a síntese das discussões nos grupos foi apresentada e, posteriormente, realizado um debate geral.



Do ponto de vista quantitativo, tinha-se praticamente todo o curso discutindo assuntos coletivos, o que foi visto como construtivo. Em relação à qualidade da participação, é interessante frisar o envolvimento, principalmente dos(as) estudantes, mas também discussões que muitas vezes perdiam a ideia de coletivo e perpassavam por subjetividades. A plenária, muitas vezes, caminhou para um enfrentamento de forças entre discentes e docentes, com reclamações de ambas as partes: um discurso mais emotivo sobre o comentário considerado desagradável por um docente; um trabalho integrado entendido como excessivo para o ano em que foi realizado; e a falta de diálogo entre docentes na escolha dos conteúdos a serem tratados em sala de aula; entre docentes, por exemplo, reclamações sobre a falta de leitura pelos(as) estudantes; desinteresse nos debates; o uso de celular em sala de aula.

Vale esclarecer que, quando se optou pela pesquisa participativa, se ofereceu abertura para processos de auto-organização que obrigaram os(as) docentes a cederem o poder que usualmente detêm, constituído historicamente com a relação de saberes. Em um primeiro momento, houve uma análise negativa da oficina de estudos pedagógicos, especialmente do momento de interação entre a comunidade acadêmica. Porém, nos dias seguintes, as reações foram de satisfação com o espaço para falar e ouvir. A análise feita foi, portanto, alterada: compreende-se que a oficina de estudos pedagógicos de 2017 foi o primeiro momento em que estudantes e docentes foram colocados no mesmo espaço sem hierarquia, para discutir aspectos importantes do curso. Estar junto e tomar decisão conjunta requer experiência e maturidade, inclusive dos(as) docentes, em compreender que as subjetividades nos processos comunicativos, trabalhadas teoricamente, também precisavam ser consideradas.

Do ponto de vista mais específico, como resultado, a I Oficina de Estudos Pedagógicos, em 2017, trouxe importantes contribuições para a avaliação do curso e o desenvolvimento de diversos saberes cognitivos, psicomotores e socioafetivos dos envolvidos. O levantamento possibilitou rearranjos de disciplinas, atendimento a algumas demandas apontadas na burocracia para estágio, além do incremento de algumas competências, necessárias para a atuação do futuro profissional de comunicação, tais como: análises, sínteses, inferências, generalizações, analogias, associações e até mesmo a ampliação da motivação pelo curso.

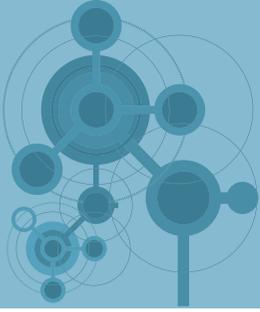
Da oficina de estudos pedagógicos de 2017, o conselho de curso, que organizou o evento em parceria com a Comissão Local do Centro de Estudos e Práticas Pedagógicas – Cenepp, saiu com duas tarefas: 1) fazer com que as principais demandas levantadas nos grupos fossem concretizadas por meio de ações; 2) criar uma cultura favorável aos debates coletivos.

Em 2019, ocorreu a II Oficina de Estudos Pedagógicos de Relações Públicas: avaliando competências, no período de 13 a 15 de agosto. O tema escolhido teve por objetivo trazer o escopo da formação por competência, mediante o formato de oficina e pesquisa-ação, no sentido de aproximar o conceito de competências e das habilidades cognitivas e socioafetivas específicas do profissional de relações públicas, apresentada nas diretrizes curriculares nacionais do curso.

O evento contou com a realização de uma palestra no primeiro dia sobre educação por competências. Após a exposição, docentes e estudantes foram divididos em dez grupos para discussão dos tópicos já apresentados. Nesse momento, cabe a valorização do processo participativo em si, que deve acontecer de maneira fluida e com oportunidades salutaras para constituir legitimidade ao processo, com a reflexão constante e recondução das atividades, conforme a metodologia empregada.

Cada grupo, mediado por um(a) docente, contou com a participação de cerca de 10 a 20 estudantes (foram incluídos todos os matriculados no curso, em torno de 200), sendo que um deles foi escolhido como relator, para anotar as demandas discutidas, e outro, para apresentá-las na plenária do dia seguinte. Na plenária, cada grupo expôs a síntese da discussão em três frentes: 1) importância do tema para o curso; 2) dificuldades relacionadas ao tema; 3) sugestões de melhorias.

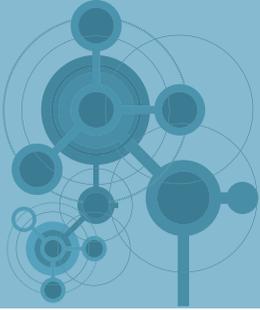
A segunda oficina transcorreu de forma mais tranquila. Primeiro, acredita-se, porque os envolvidos já conheciam a dinâmica do evento; segundo, porque grande parte da demanda havia sido considerada e implantada; e, terceiro, pois foi



incentivada a cultura da participação, como estímulo para que os(as) estudantes se inscrevessem em órgãos colegiados, como o próprio conselho de curso.

Entre as questões relacionadas aos desafios apontados por estudantes e docentes participantes da oficina de estudos pedagógicos de 2019, podemos elencar: a) a necessidade de se trabalhar melhor a relação professor(a)-aluno(a) em sala de aula; b) a dificuldade de integração e compreensão da matriz curricular e das diversas disciplinas pelos(as) docentes substitutos(as) que participam temporariamente do curso; c) a necessidade de maior feedback por parte dos(as) docentes aos(as) estudantes de forma continuada ao longo da disciplina; d) a relevância de métodos continuados de avaliação, de modo a detectar necessidades específicas dos(as) estudantes que podem ser trabalhadas ao longo do semestre; e) a exigência de compreensão sobre a área de relações públicas por parte de docentes que não são da área específica, a fim de se criar coerência entre o referencial teórico trabalhado e a área profissional; f) a dificuldade de alinhamento entre docentes em trabalhos interdisciplinares e maior envolvimento e compreensão por parte dos(as) estudantes com relação às demandas reais do mercado de trabalho; g) a importância da infraestrutura universitária para a boa performance do curso: espaços de sala de aula, laboratórios, biblioteca, restaurante universitário, permanência estudantil, espaços de convivência, acessibilidade no campus; h) ajustes na seriação da matriz curricular, disciplinas com carga horária excessiva e outras com carga escassa, além do questionamento sobre o conteúdo de algumas disciplinas que se repetem quando deveriam ser complementares; i) trabalhos integrados que demandam melhor complementação e alinhamento entre os(as) docentes envolvidos; j) necessidade de maior incentivo à iniciação científica e à carreira de pesquisador(a), incluindo apoio e bolsas; k) ampliação da divulgação sobre convênios e intercâmbios por parte da universidade e melhoria de recursos tecnológicos para realização de videoconferências (sinal de internet); l) maior incentivo à mobilidade nacional; m) melhor apoio para aprendizagem de línguas; n) recuperação e valorização da extensão universitária; o) melhorar a divulgação sobre iniciação científica no início do curso, com orientações sobre linhas de pesquisa dos orientadores, e projetos colaborativos entre os(as) docentes para seleção dos(as) estudantes; p) realização de prospecção de organizações interessadas em estagiários de relações públicas na região; q) minimizar a sobrecarga horária do curso que dificulta a conciliação de realização de estágio, iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, projetos de extensão, cumprimento das horas de atividades acadêmico-científico-culturais e dedicação ao curso; r) realização de oficinas para orientar o(a) estudante no ingresso ao mercado de trabalho/estágio; s) sugestão de aumento de um semestre do curso para melhorar a distribuição das atividades e disciplinas.

Algumas reflexões produzidas conjuntamente entre estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos apontaram importantes questões que revelam o impacto do método da pesquisa-ação para a transformação, sensibilização e maior reflexão e compreensão de realidades complexas por parte dos envolvidos. Entre elas podemos destacar: a) presença de docentes que incentivam constantemente a realização de iniciação científica; b) bons espaços de convivência no *campus* para interação dos(as) estudantes; c) excelente atendimento na seção de graduação por parte dos servidores técnico-administrativos; d) valorização da Empresa Júnior de Relações Públicas (RPjr) por parte do curso e da universidade; e) reconhecimento de que a matriz curricular de relações públicas da Unesp-Bauru está atualizada e alinhada com as diretrizes curriculares nacionais; f) as diferentes disciplinas, especialmente da área específica, proporcionam bom contato dos(as) estudantes com profissionais do mercado; g) o conjunto das disciplinas/dos docentes desenvolve junto com os(as) estudantes uma fundamental visão crítica de mundo, necessária para uma atuação profissional de excelência e exercício da cidadania; h) a frequência de trabalhos integrados “tira” o(a) estudante e os(as) docentes de sua zona de conforto, o que gera inovação e maior aprofundamento de conteúdos teórico-práticos, além de desenvolver competências e autonomia; i) a mobilidade acadêmica proporciona ao(a) estudante o conhecimento e a compreensão de diferentes concepções da área profissional de relações públicas ao redor do mundo e isso influencia a sua própria visão sobre a profissão; j) a mobilidade também permite contato com distintas culturas e suas particularidades, maior divulgação cultural do nosso país no exterior, o que também desenvolve competências para a realização de projetos de comunicação e a atuação de relações públicas em culturas distintas; k) embora tenha diminuído nos últimos anos, na universidade pública há uma boa oferta de projetos de extensão; l) a participação em projetos de extensão proporciona importante impacto na comunidade local e o reconhecimento de realidades diversas, o que amplia a visão de mundo; m) a extensão permite o desenvolvimento de competências para o trabalho em equipe, relacionamento com outros cursos e



profissionais de áreas diversas, além de experiência profissional em determinados segmentos; n) a realização de iniciação científica amplia a compreensão da interdisciplinaridade, aumenta o referencial teórico e aproxima a universidade e o(a) pesquisador(a) da sociedade; o) a realização de iniciação científica também permite o auxílio para a realização do trabalho de conclusão de curso, composição do currículo, cumprimento das horas de atividades acadêmico-científico-culturais e, às vezes, proporciona um apoio financeiro para o(a) estudante poder continuar estudando.

Diante desses resultados, é importante ressaltar que todas as demandas foram encaminhadas ao conselho de curso e estão sendo trabalhadas ao longo das reuniões pedagógicas realizadas. Alguns avanços já são observados, como a atualização do regulamento de estágio, a revisão das atividades validadas como atividades acadêmico-culturais complementares e sua ampliação de carga horária, a atualização do regulamento de trabalho de conclusão de curso com aumento significativo de mais opções para a realização do projeto de conclusão de curso, tendo em vista a realidade acadêmica e profissional dos distintos perfis dos(as) estudantes. Além disso, atualmente, o conselho de curso está realizando a revisão da matriz curricular do curso, considerando a primeira e segunda turmas formadas nas novas diretrizes curriculares, o que levará em conta todas as demandas e reflexões levantadas nas oficinas de estudos pedagógicos

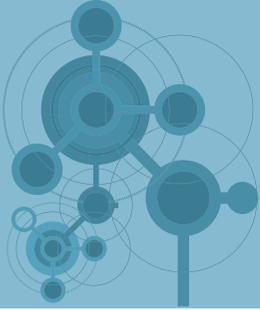
De fato, há questões que vão além de decisões pedagógicas ou administrativas, pois envolvem inúmeros fatores, tais como melhoramento de infraestrutura, que demanda investimento financeiro, ou aumento de bolsas para iniciação científica ou projeto de extensão, que também requerem recursos. Fatores como a economia ou a política impactam significativamente a performance de um curso universitário no nosso país, especialmente numa universidade pública que sobrevive de recursos públicos.

Contudo, é válido observar que essas mesmas reflexões foram produzidas conjuntamente entre estudantes, docentes e servidores, que por meio dessa experiência da oficina de estudos pedagógicos puderam compreender o cenário e a realidade nos quais nosso curso e nossa universidade estão inseridos. Apesar das dificuldades e dos desafios, é interessante e motivador identificar o reconhecimento por parte dos envolvidos de toda potencialidade e pontos fortes do curso, o que fica evidente no evento final, no qual os grupos apresentam suas reflexões em formato de assembleia. Com isso, considerando a experiência da oficina de estudos pedagógicos, ressalta-se sua função integrativa (participação de estudantes, docentes e servidores sem hierarquias); a função pedagógica (gerar reflexões em torno do ensino-aprendizagem); a função motivacional (proporcionando espaços legitimados de fala e escuta); e, por fim, a função transformadora (produzir novo conhecimento capaz de transformar uma realidade).

Os participantes dos eventos aprovaram a iniciativa das oficinas: “É muito importante abrir um espaço como esse para o diálogo e reflexão sobre o curso” disse, em depoimentos às autoras, a aluna do terceiro ano de relações públicas Ariely Fonseca, assim como Ariane Harbekon, que comentou: “É muito bom ver a preocupação do curso em nos proporcionar oportunidades de fala”. A coordenação de curso, também em depoimento às autoras, destacou a originalidade do evento: “Uma iniciativa inédita, reflexiva e madura no curso de relações públicas que certamente produzirá bons frutos”. Isto equivale à fase final do processo de pesquisa-ação, na qual ocorre o aprendizado na prática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aperfeiçoamento de requisitos elementares para o ensino-aprendizagem é um processo necessário às propostas de reestruturação do ensino e avaliação participativa entre os segmentos envolvidos. Espera-se que as oficinas possam contribuir significativamente para a formação do profissional de relações públicas, capacitando-o de forma integrada. Vale destacar que sua elaboração já pode ser considerada uma inovação no ensino e na formação do alunado, especialmente porque é uma avaliação de um projeto em curso, o que possibilita aprimoramentos e reflexões constantes. O evento, ao integrar de forma interdisciplinar as interfaces existentes nas diferentes áreas de sustentação do projeto político-pedagógico, promoveu a articulação teórico-prática e a reflexão sobre os conhecimentos socializados durante a formação do(a) estudante do curso.



As oficinas pretenderam dar voz aos envolvidos para problematizar situações, levantar demandas e participar no desenvolvimento das competências e habilidades requeridas para o profissional de relações públicas. De fato, ao se realizar o processo de pesquisa participativa para explorar as demandas e reconhecer algumas rupturas do projeto político-pedagógico do Curso de Relações Públicas da Unesp-Bauru, está se assumindo que o saber acadêmico não é hegemônico. Além disso, também se compreende que o senso comum e a práxis são decisivos para entender que o controle acadêmico absoluto sobre os processos de ensino e as práticas pedagógicas do curso devem estar “abertos” para: promover adaptações; conceder poder e atender anseios e motivações dos graduandos e futuros profissionais. Ao mesmo tempo, também busca mobilizar saberes na busca colaborativa para resolução de problemas; mediar e manter o direcionamento para resolver as demandas (internas e do mercado) de modo a não menosprezar o processo de interação entre os sujeitos. Por outra parte, também favorece a relação dialógica para legitimar o processo participativo; se apropriar da pesquisa participativa como instrumento científico capaz de criar novas alternativas mais inclusivas e aplicáveis para a análise de processos complexos, como é o caso do projeto político-pedagógico; e reconhecer a importância da pluralidade de contextos e da necessidade de maior plasticidade a partir de soluções colaborativas. Por último, também se busca melhorar as relações e distribuição de poder a partir da diversidade de ideias. Por isso, falar de aprendizado significa falar em interação que envolve a perspectiva das ações e das relações entre os sujeitos (FREIRE, 2001).

## REFERÊNCIAS

BOTOMÉ, Sílvio Paulo; KUBO, Olga Mitsue. Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/378c/0c531beb7be17f71909012f73039366176a0.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo, SP: Atlas, 1985.

FRANCO, Maria A. Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, SP, v. 31, n. 3, p. 483-502, dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022005000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 jan. 2020.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra; 2001.

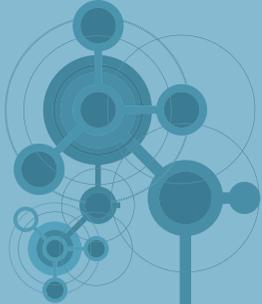
GIATTI, Leandro Luiz. O caráter adaptativo da pesquisa participativa: rompendo com a monocultura de saberes. In: TOLEDO, Renata Ferraz de et al. (orgs.). *Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas*. São Paulo, SP: Instituto de Saúde, 2018. p. 49-64.

KEMMIS, Stephen; WILKINSON, Mervyn. *Pesquisa-ação participativa e o estudo da prática*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 1999.

PESSOTI, Isaías. Pavlov: psicologia. Tradução de UFLAKER, Ugolino A.; ANDREOLI, Elena O. M.; MORISSAWA, Mitsue. São Paulo, SP: Ática, 1979.

SKINNER, Burrhus Frederic. The concept of the reflex in the descriptions of behavior. *Journal of General Psychology*, n. 5, p. 427-458, 1931.



THIOLLENT, Michel. *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e pesquisa*, São Paulo, SP, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

UNESP. Universidade Estadual Paulista – Departamento de Comunicação Social. *Projeto político-pedagógico do curso de relações públicas*. Unesp-Bauru, 2013.

UNESP. Universidade Estadual Paulista – Unesp-Bauru. Curso de Relações Públicas. Disponível em: <<http://www.faac.unesp.br/index.php#!/graduacao/cursos/relacoes-publicas/2017>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 14. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *A formação social da mente*. 4. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1991. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/vygotsky-a-formac3a7c3a3o-social-da-mente.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

---

Artigo recebido em 16.02.2020 e aprovado em 02.04.2020.